

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL/PÓS-GRADUAÇÃO**

**JEFFERSON FELLIPE JAHNKE**

**FORMAÇÃO E INCENTIVO DA LEITURA NO BRASIL**

**MATINHOS  
2013**

**JEFFERSON FELLIPE JAHNKE**

**FORMAÇÃO E INCENTIVO DA LEITURA NO BRASIL**

Monografia apresentada à disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Questão Social: numa perspectiva interdisciplinar, Pós Graduação e Extensão do Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Ms. Almir Carlos de Andrade

**CURITIBA  
2013**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

JEFFERSON FELLIPE JAHNKE

### **FORMAÇÃO E INCENTIVO DA LEITURA NO BRASIL**

Monografia apresentada à disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Questão Social: numa perspectiva interdisciplinar, Pós Graduação e Extensão do Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Ms. Almir Carlos de Andrade

**Curitiba, 20 de fevereiro de 2014.**

À Keila Jahnke, minha esposa,

Aos meus pais Arnildo Jahnke (*in memoriam*) e Jeni Jahnke.

Por todo o amor, por quem sou e por tudo o que alcancei.

Aprender generosamente significa não aprender com egoísmo, buscando a aquisição de conhecimento para vaidade pessoal ou para vangloriar-se em um amanhã de triunfos exteriores, esquecendo que muito do aprendizado foi ensinado para evitar sofrimento e permitir a passagem pelos trechos difíceis no longo caminho da vida.

Raumsol

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, bênção e proteção.

Ao Professor Almir Carlos Andrade, pela orientação, apoio, incentivos, confiança e principalmente, pela amizade.

À Professora Helena Midori Kashiwagi, pela orientação, apoio, incentivos, confiança e principalmente, pela amizade.

Aos funcionários do Departamento de Especialização da Universidade Federal do Paraná/Setor-Litoral pela ajuda na execução deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho associa-se a uma estratégia básica de ensino que propõe privilegiar o papel essencial da escola como instituição social responsável pela transmissão de conhecimentos através da leitura e escrita. Ainda assim, considera as críticas ao caráter discriminatório do sistema escolar como teorias associadas ao reprodutivismo, isto é, as visões idealizadas das escolas foram desmitificadas através dos problemas crônicos que foram se acentuando como a evasão e repetência escolar nos últimos anos. Este estudo que por ora se apresenta, tem como objetivo efetuar um levantamento teórico sobre o processo formal e formação de leitores no Brasil, comprovando uma heterogeneidade que questiona a escola em desenvolvimento diante, sobretudo, do ensinamento da leitura e da escrita. Além disso, esse projeto confere a formação do leitor à reconstrução utilizada na dialética do ensino público e privada, que renova o conceito de ensino como um fenômeno complexo em que interferem nas condições de quem aprende e de quem ensina em suas múltiplas interações. Os condicionantes internos e externos da escola, compartilhada na aprendizagem e no ensino.

**Palavras-chave:** Alunos. Aprendizagem. Ensino. Escolas. Leitura.

## **ABSTRACT**

This work is associated with a basic teaching strategy proposes that highlight the essential role of the school as a social institution responsible for the transmission of knowledge through reading and writing. Still, consider the criticism of the discriminatory character of the school system as theories associated with reproductivism, ie, idealized views of schools were desmitificadas through the chronic problems that have been increasing as school dropout and repetition rates in recent anos. Este study by herewith, aims to make a theoretical survey of the formal process and educating readers in Brazil, providing evidence of heterogeneity that questions the school on developing, especially the reading and writing teaching. Moreover, this project gives the reader the formation reconstruction used in the dialectic of public and private education, renewing the concept of teaching as a complex phenomenon that interfere in the conditions of the learner and who teaches in their multiple interactions. Internal and external constraints of the school, shared learning and teaching.

**Keywords:** Students. Learning. Education. Schools. Reading.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 A FORMAÇÃO DA LEITURA NO BRASIL.....</b>	<b>11</b>
<b>3 PROCESO FORMAL DE ALFABETIZAÇÃO: CONCEPÇÕES E CRÍTICAS.....</b>	<b>13</b>
3.1 A RELAÇÃO DA LEITURA EM ESCOLAS E NO CONTEXTO SOCIAL.....	13
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DO PAPEL DO PROFESSOR.....</b>	<b>22</b>
4.1 O TEXTO COMO CONJUNTO DE ELEMENTOS GRAMATICAIIS.....	24
4.2 A LEITURA COMO DECODIFICAÇÃO.....	24
4.3 A LEITURA COMO AVALIAÇÃO.....	24
<b>5 RELATO DE VIVÊNCIA COMO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.....</b>	<b>36</b>
5.1 PÚBLICO: ALUNOS(AS) DOS OITAVOS E NONOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	36
5.2 RESULTADOS.....	37
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É hora de refletir. O desenvolvimento de revalorização da didática escolar é atualmente empreendido por muitos especialistas. Pelo fato de se referir à alfabetização, o paradigma contempla diversas perspectivas através das quais ela tem sido abordada. Considera-se que a invenção da escrita progressivamente mais conceitual desde os sistemas pictóricos até alfabéticos, foi um acontecimento revolucionário para a evolução humana. Analisando as alternativas da cultura gráfica por exemplo, é a sucessora da cultura oral predecessora da cultura eletrônica, a antropologia cultural tem por finalidade a preservação da língua escrita, comprovando as mudanças que ela introduz na elaboração dos processos superiores da inteligência.

No entanto, sem a leitura, a tecnologia eletrônica, por exemplo, não poderia ser desenvolvida ou planejada. Reciprocamente, a informática, por meio dos modelos eletrônicos, implementa a utilização de todo material escrito. Esta análise histórica nos interessa, pois evidencia os condicionamentos sociais e políticos da difusão da leitura e a maneira pela qual a escola pública, como instituição da educação popular se sociabiliza a partir dos séculos XVIII e XIX. Posteriormente, a abordagem sociológica ajudou-nos a compreender por que a alfabetização careceu de homogeneidade, particularmente devido à segmentação de um sistema que penaliza os mais carentes.

Este estudo que por ora se apresenta, tem como objetivo efetuar um levantamento teórico sobre o processo formal e formação de leitores no Brasil, comprovando uma heterogeneidade que questiona a escola em desenvolvimento diante, sobretudo, do ensinamento da leitura e da escrita.

Curiosamente, há tendências pedagógicas sérias, que estão sendo favoráveis a nossa alfabetização, nas quais a escola é vista como um espaço de formação e informação, favorecendo a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e abrangendo um universo cultural maior. Por outro lado, do ponto de vista antropológico, a alfabetização, mesmo nos países desenvolvidos, não pode ser tida como acabada; com mais razões no resto do mundo, e por conseguinte, no Brasil. Consequentemente, a alfabetização é intensa, mas sofre impacto no país,

devido a grande escala de informações mal escolhidas e por causa dos meios de comunicação que se alteram sucessivamente na mídia.

Além disso, a maioria da população fica em desvantagem no processo de leitura e no material escrito, sem adquirir conhecimento, por alienação da cultura propriamente imposta. No entanto, a sociedade, de modo organizado, sobretudo, os agentes sociais, buscam o ensino visando construir um novo futuro para a formação do hábito da leitura, buscando mecanismos e instrumentos para viabilizar a melhoria como se apresenta neste capítulo. O papel do professor e do educador é fundamental no que diz respeito, a alfabetização no ensino da leitura nas escolas. É um trabalho que exige seriedade, e força de vontade, para que os resultados do processo ensino-aprendizagem se tornem soluções e renovações, sobretudo, para a população pobre que não tem acesso à cultura.

Assim, cabe a escola, recuperar a função que soube cumprir para democratizar a cultura, que é realizada em meio de um ciclo, que sofre intensivamente na sociedade educacional, porém, o sistema de ensino demonstra ser capaz de mudanças importantes na sociedade na qual a distribuição de conhecimento no território nacional é deficitário.

## 2 A FORMAÇÃO DA LEITURA NO BRASIL

Com a independência, na passagem da colônia ao império, pouco se fez pela educação, muito embora a constituição de 1824, imposta à nação por Pedro I, tivesse anunciado generosamente uma instrução primária e secundária foi transferido às assembleias provinciais do ensino superior, com acesso, somente, da classe dominante. Os estabelecimentos de ensino não proporcionavam a leitura por ocasião da política responsável pela formação das elites.

O ato Adicional de 1834 não muda a situação, o governo continua fazendo muito pouco: cria a Inspeção Geral da Instrução e delega às Assembleias provinciais. Restringindo a atuação do leitor em estabelecimentos públicos e no ensino superior. Por causa da política do liberalismo e da descentralização, o Estado omitiu-se das questões educacionais brasileiras. A formação da sociedade leitora, somente passa a exigir traços necessários no ato de ler através dos mecanismos mínimos para a produção e circulação da leitura, ou seja, as tipografias, as livrarias e as bibliotecas. No ano de 1840, o Brasil passa por dificuldades na escolarização, consequência, dos grandes interesses econômicos dos países europeus que, por sua vez, usavam de recursos exploratórios para a melhoria do sistema capitalista, visando um mercado em constante progresso para a expansão da cafeicultura.

O livro didático, nessa época, já servia de apoio para o ensinamento da leitura para a instrução do indivíduo, tendo em vista a aprendizagem literária, manual, das ciências ou da profissionalização adulta, que seria um estudo fecundo de capacitação na universidade. Logo, a leitura nas escolas só se expandiu e aperfeiçoou-se por decorrência da Revolução Industrial, no entanto, a crise da leitura foi decorrente de uma política problemática que, afinal, repercute até nossos dias.

Nesse capítulo considera-se o sistema educacional como espaço privilegiado através de um conjunto de intervenções que desenvolvem a condição de leitor, haja vista, que a educação do ser humano é formal ou informal (sistemática ou assistemática), sempre envolve dois fatores fundamentais: a formação e informação. Mais especificamente o processo educativo exige que as novas gerações tenham uma mentalidade dinâmica nos conhecimentos e nas informações e o processo de leitura nos ambientes sociais, justifica-se, principalmente, no que diz respeito à formação de profissionais capacitados no ensino da leitura. Deve haver

determinados valores e costumes de modo que ocorra a sobrevivência e a convivência social de modo que não pereça a linha evolutiva da cultura.

A transmissão de conhecimentos conforme Silva (1995) no seu livro “Críticidade e Leitura”, é um processo de escolarização do indivíduo e é tido, muitas vezes, como sinônimo de aprendizagem de leitura.

Sendo assim, a aprendizagem é mais facilmente percebida devido ao sacrifício vivido pelo nosso povo, recorrente da crise sócioeconômica brasileira, vivida nestes últimos séculos.

### 3 PROCESSO FORMAL DE ALFABETIZAÇÃO: CONCEPÇÕES E CRÍTICAS

#### 3.1 A RELAÇÃO DA LEITURA EM ESCOLAS E NO CONTEXTO SOCIAL

O leitor no mundo social deve causar situações reais de leitura na escola, levando em consideração as experiências prévias na escrita, havendo uma familiaridade com a multiplicidade de situações sociais de leitura na aprendizagem.

No seu livro “Leitura e realidade brasileira”, Silva (1988, p. 13) ao dizer “é preciso que haja modelos ou exemplos de leitura”, no lar, na escola e na biblioteca, é para que a criança possa perceber e assimilar o valor e a função social do ato de ler, e, movida por mecanismos como a observação, curiosidade, identificação, etc., passa a executar esse ato em vida”.

Portando, é preciso colocar as crianças desde cedo (desde o primeiro ano de vida) em contato com livros em abundância e sempre que possível renovados com visitas frequentes à bibliotecas, envolvendo assim adultos da família. Muitas crianças, no entanto, raramente tiveram na família o incentivo necessário para adquirirem, por uma série de razões óbvias, o hábito da leitura, principalmente entre as camadas mais carentes da população.

Para Silva (1995) na escola, há uma importância capital no ensino da leitura para formação do leitor em nossa sociedade. No entanto, deve-se dar atenção para escola porque ler é um direito de todos e não restringir suas atividades apenas ao mundo e cultura da criança. O instrumento de combate à alienação e à ignorância é caracterizada por aspectos de definição decorrentes de uma vertente política.

Logo, temos a formação do cidadão com dificuldades de compreensão e análise de textos e livros. Com isso, chega-se à conclusão, que o indivíduo depois do período escolar não procurará mais livros ou qualquer tipo de fonte para informação e será um alvo fácil de alienação.

Cagliari (1989) observa que com o domínio generalizado de habilidade de ler, consequência da ação eficaz da escola, opera-se uma gradativa, mas irreversível, democratização do saber. Pois a leitura, ao contrário da escrita, que é uma atividade de exteriorizar o pensamento, é uma atividade de apropriação do conhecimento, de interiorização e de reflexão. Por isso, os diretores, os professores e os funcionários das escolas devem com frequência, ler e dar chance de leitura aos

alunos, pois estará aproveitando o que tem para oferecer-lhes e poderá permitir maior facilidade da aprendizagem.

Na opinião de Zilberman (1993) se a escola assumir seu verdadeiro papel, de formar o hábito de leitura do estudante, estará garantindo, com certeza, adultos com rica imaginação, amplos recursos linguísticos e uma visão de mundo que ultrapassa a realidade, Assim sendo, a escola deve equipar-se para alcançar tal objetivo, pois é por seu intermédio que a maioria dos indivíduos terão acesso à leitura, apesar das dificuldades encontradas.

Se a formação do leitor está essencialmente condicionada à alfabetização e escolaridade, então ler é, por necessidade, submeter-se aos objetivos que a escola tenta atingir através de seus programas e métodos, estes, por sua vez, são determinados e selecionados conforme as condições ou recursos do próprio ambiente escolar.

Segundo Cattani e Aguiar (1993), a escola deve ter muito cuidado quanto aos objetivos propostos para a leitura, visto que há o perigo da dominação de leitores que não levem adiante pela vida esse interesse, ou ainda, que forme aqueles que buscam leituras exploratórias apenas informações necessárias a finalidades imediatas. Com isso, chega-se a conclusão que o indivíduo só irá ler enquanto estiver na escola, o que passará a ser uma obrigação e não um gosto.

Assim, o primeiro passo para a formação do hábito da leitura na escola diz respeito a seleção do material, porque a qualidade é fator decisivo para a eficácia do trabalho com a leitura. Uma vez que, o desinteresse pela leitura pode ter origem na pré-escola, se o primeiro contato com o livro for prazeroso. A criança que aproximar-se do livro pela primeira vez, quando entra para a escola costuma associar a leitura com a situação escolar principalmente quando não há leitura no meio familiar.

Na opinião de Silva (1995), a importância da leitura, cabe aos agentes sociais saber distinguir claramente entre essas duas modalidades de modo que o processo de socialização, educação e principalmente durante a trajetória escolar que o significado atribuído a um texto dependa da história e portanto, das experiências do leitor, porém, principalmente dentro do aparelho escolar, os significados são pré-estabelecidos ou pré-instituídos de modo que ocorra a homogeneização e o enquadramento de consciências.

O autor ressalta que a leitura na sociedade brasileira é constituída de classes com interesses antagônicos, a leitura se apresenta como uma questão de

privilégio e não do direito de toda a população; por isso mesmo, a classe dirigente, através de diferentes manobras políticas, não só bloqueia o acesso a livros como também distorce e fragmenta o conteúdo das obras de modo que a gênese dos fatos do real não seja descoberto através da leitura.

O desgosto pelos livros, falta de capacidade do aluno e da população no que diz respeito à leitura, é um aspecto da ideologia disseminada no seio da sociedade, que produz os efeitos esperados na manutenção da organização social vigente.

O despertar do interesse pelos livros está no trabalho educacional, há que se pensar também nas condições concretas dos professores para realizar o encaminhamento para melhoria e transformação no ensino da leitura.

Para Lajolo e Zilberman (1996) os livros didáticos em escolas não se restringiria às academias ou universidades. O fato é que as escolas superiores motivaram a introdução, de maneira sistemática, do livro didático no Brasil. O entrelaçamento do livro didático com a imprensa, responsável pela produção, a escola, local de formação, e a leitura, ato de consumo. No centro dessa triangulação é que está a formação de um leitor, e com ele, a história das leituras, de que é simultaneamente sujeito o objeto.

Os alunos deverão ter acesso, o que significa que os livros poderão ser manuseados em bibliotecas quando solicitados e não guardados e trancados em museus. De acordo com Lajolo e Zilberman (1996) a carência ao acesso dos livros didáticos está na inadequação do sistema escolar da vida cultural e das práticas de leitura.

De acordo com Yunes e Pondê (1988), a busca do significado está no início da carreira de leitor da criança, isto é, na aprendizagem, para evitar-se a mecanização de conteúdos vazios de sentido e desviados do objetivo principal do ensino da leitura: processar a informação para utilizá-la crítica e produtivamente.

Quanto mais o aluno ler, mais condições terá de perceber as sutilezas do texto, de transpor para a sua realidade as situações e emoções descritas pelo autor. Somente lendo muito e de tudo a criança desenvolverá o seu senso crítico, formando opiniões próprias, formulando critérios, encontrando novos valores. A leitura, quanto bem feita, torna o indivíduo capaz de descobrir os vários significados e interpretações de textos políticos publicitários e pedagógicos, em que se ocultam parcelas importantes do sentido.

A língua escrita faz parte desse mundo, que é o sujeito de forma desejável. A forma de apresentar relaciona-se ao momento de construção do pensar do aluno sobre a linguagem.

Quer dizer, aquele ambiente onde ler faça parte dos hábitos e prazeres das pessoas que ali vivem. A escola pode criar por si própria, ambientes favoráveis à leitura o que permitiria o nascimento de uma sociedade consciente das vantagens de ler, já que são submetidos diariamente à avalanche dos meios eletrônicos de comunicação que tendem a oferecer uma leitura acabada do mundo.

“Um ambiente propício ao desenvolvimento da leitura é o que se tem quando um livro desejado é colocado à disposição de quem o deseja no momento e local desejados”, segundo Yunes e Pondé (1998, p. 55).

Segundo Silva (1998), o livro didático não é importante somente na alfabetização de crianças, torna-se o principal fator na qualidade de ensino em 1º e 2º graus. No entanto, a compreensão crítica sobre como esse objeto ganhou tanta força no contexto do nosso magistério, perdeu o seu caráter de meio para se transformar num fim em si mesmo nos ambientes formais de ensino aprendizagem.

O autor ainda ressalta que sem o atendimento desse pressuposto, sem a dignificação e a valorização da pessoa do professor, de nada adiantará abastecer as escolas com os melhores livros didáticos ou com as tecnologias mais avançadas, mesmo porque o trabalho pedagógico não sofrerá qualquer tipo de alteração ou transformação para melhor, considerando os bilhões de dólares que já foram investidos na compra e na distribuição desse tipo de material para todas as regiões do país, desde os anos 70 até o presente momento.

Para Silva (1998), a descontinuidade através dos livros, principalmente o didático, é combatida ferrenhamente pelos professores através de um ensino que uma, de maneira objetiva e dinâmica, os conteúdos culturais valiosos, que a escola tem que dinamizar, com o mundo vivido pelos estudantes. Somente assim, as aprendizagens escolares poderão ganhar o estatuto de significativas, equilibrando, em termos de programas, os elementos da cultura elaborada com a história dos grupos de estudantes.

A esse respeito, para desenvolvimento social e a realização individual é necessário que a escola tenha condições e recursos, pois caracterizado o processo de leitura e estabelecida sua relação com a problemática social brasileira, fica evidente que a luta pela implantação de bibliotecas escolares, pela qualidade de

ensino e à questão da formação continuada dos professores é parte de uma batalha maior a ser travada pelos educadores e pelos órgãos da sociedade civil.

Porém, no que diz respeito ao magistério enquanto trabalho e profissão, vem sendo desfigurado e desvalorizado ininterruptamente. E a escravidão ao livro didático faz parte de um conjunto maior de fatores que empobrecem as condições para a produção de um ensino de qualidade. Os livros didáticos são destinados a informar a orientar e a instruir o processo de aprendizagem. Livros didáticos não educam, segundo Silva (1998).

Para Lajolo (1993), a leitura na vida do professor é essencial para a formação de leitores dentro da organização escolar: sem professores que sejam leitores maduros e assíduos, sem professores que demonstrem uma convivência sadia com livros e outros tipos de materiais escritos, sem professores capazes de dar aos alunos testemunhos vivos de leitura, fica muito difícil, senão impossível, planejar, organizar e instalar programas que venham a transformar, para melhor, os atuais procedimentos voltados ao ensino da leitura. No entanto, a visão crítica acerca dos condicionantes que afetam a vida dos professores no sentido de que, pelo conhecimento e consciência desses condicionantes, [os professores] possam caminhar rumo à superação, torna-se necessário.

Cagliari (1989) diz que, a formação do leitor começa a nascer ou morrer a partir dos primeiros anos escolares quando inicia o contato entre o aluno e o texto.

Na atualidade, há muitas pessoas que raramente escrevem, ao contrário, com relação a leitura, pois constantemente precisam ler placas de ônibus, nomes, etiquetas, documentos, etc. Por isso, a escola deve dar ênfase maior à leitura, desde a alfabetização, preocupando-se menos com a escrita, especialmente a ortografia.

Quanto um indivíduo não lê, terá dificuldades em outras aprendizagens e conseqüentemente problemas com a escrita, não entendendo o ensino da língua, nem o significado da linguagem, como diz Cagliari (1989):

A escola precisa ensinar os alunos a ler e a entender não só as palavras, as histórias das antologias, mas também os textos específicos de cada matéria, as provas de cada áreas, as instruções de como fazer algo, etc. A leitura não pode ficar restrita à literatura e ao noticiário.(CAGLIARI, 1989, p. 149).

O autor ressalta, ainda, que o objetivo da escrita, mas quem vai escrever só é capaz de fazê-lo se souber ler o que escreve. Portanto, a leitura é uma habilidade que precede a própria escrita.

Com base nesse objetivo, as atividades escolares devem salientar a leitura, não como meio para avaliar a pronúncia ou a capacidade de decifração de letras da escrita, mas como fonte de prazer, de conquista, de realização pessoal, que só estimularão e motivarão a criança para que ela goste tanto de ler, como da escola e de estudar.

Cagliari (1989) ainda afirma que embora a escola deva mostrar à seus alunos que o dialeto-padrão faz com que os indivíduos se apresentem e se relacionam melhor na sociedade atual, precisam saber também que, nem por isso, um texto só pode ser lido de uma maneira, com uma única pronúncia.

Um texto não se torna mais rico e belo, só porque foi lido no dialeto-padrão. Conforme Cagliari (1989, p. 171) “portanto, ensinar claramente ao aluno o que é próprio da linguagem e o que é próprio do uso que a sociedade faz da linguagem fundamental”.

Desta forma, dará chance ao aluno de ler segundo sua variedade de língua, não obrigando logo de início a ler no dialeto da escola. Mas a medida que o aluno vai entendendo o seu treinamento, a promoção da leitura será capaz de entender: quem lê, o que ler, por que ler. De que forma ler, onde aplicar o que foi lido, etc.

Aprender a ler, na visão de Chartier e Hébrard (1985), exige um processo inicial no aprendizado. Os meios para uma alfabetização eficaz constitui, a partir da Restauração, uma das maiores preocupações dos que tentam, por diferentes razões, promover a escolarização das massas populares urbanas e sobretudo, as rurais. Portanto, aprender a ler para compreender primeiro o catecismo, a leitura, a escrita e às vezes, também, a aritmética, sendo assim, os programas de instrução primária são organizados mediante instruções precisas como um verdadeiro, curriculum o que torna a escola um dispositivo de instrução e educação. Segundo o autor, o aprendizado da leitura tem um processo fundamentado na sucessão dos objetivos textuais que servem para o aprendizado da alfabetização da leitura corrente à leitura expressiva.

Também Aguiar (1993), destaca alguns critérios sobre a situação do leitor:

Estágios do desenvolvimento:

- a) Pré-leitura – desenvolvimento da linguagem oral percepção e relacionamento entre imagens e palavras, exemplos: som, ritmo. Trabalha-se muito neste estágio como instrumentos que possibilitam o ensino, para o leitor, através de livros de gravuras, rimas infantis, cenas individualizadas.
- b) Leitura compreensiva, o processo de alfabetização começa com textos curtos e leitura silábica de palavras. Suas preferências são as histórias do cotidiano que envolvem pessoas, animais e fatos do mundo familiar da escola e da comunidade próxima.
- c) Leitura interpretativa é aquela na qual se ensina a compreensão imediata à interpretação das ideias do texto. Além disso, desenvolve habilidades, isto é, fluência no ato de ler. Instrumentos trabalhados em sala de aula são: os contos de fadas, histórias de humor, folclore e animismo.
- d) Leitura informativa, corresponde a textos complexos e extensos. Valoriza a estrutura e a linguagem. É um estudo mais voltado para o 2º grau, temos alguns exemplos: ficção científica, histórias de amor, aventuras e, sobretudo, temas da atualidade.
- e) Leitura crítica, corresponde ao início de estágio do desenvolvimento das estruturas lógicas do pensamento abstrato.

Esta prática de leitura é necessária que o cidadão tenha um amadurecimento intelectual. A capacidade de assimilar ideias está de preferência em torno de fatos da atualidade como narrativas de viagens, conflitos sociais, conflitos psicológicos, crônicas e contos.

No entanto, o desenvolvimento de habilidades de leitura em crianças e jovens é trabalhado de acordo com que cada estabelecimento de ensino propõe, através dos conteúdos, objetivos e recursos nos quais poderão ser utilizados: textos, fotos, jogos, transparências, livros didáticos, tabelas e gráficos, gravuras. Esta condição do leitor é promovida e, sobretudo, nas escolas e bibliotecas. Tendo ajuda ativa de professores, diretores, pedagogos e bibliotecários.

Para Bragatto Filho (1995), o despertador do interesse no ato de ler e pelos livros passa obrigatoriamente pelos primeiros anos de escolarização. As crianças que não podem beneficiar-se desse estímulo estarão certamente prejudicadas em relação aos demais que, através do meio familiar e escolar, descobriram a leitura

com maior facilidade. Sobre as considerações gerais da leitura literária nas escolas e que surge reflexões e análises provindas de observações sobre o mundo para a sistematização de experiências e sabedoria, para decifração de gestos, expressões e movimentos dos seres humanos.

Segundo Bragatto Filho (1995) a passagem da leitura literária através da leitura do mundo é requerido na interlocução leitor-texto literário, e é definida por três razões:

- a) Se o texto de literatura tem espaços vazados, abrindo múltiplas possibilidades de interpretação, ou seja, ele exige uma leitura polivalente capaz de abarcar toda a cadeia de relações em que se constitui tal tipo de texto;
- b) Se o texto literário é uma trama de relações intratextuais, ele pode apresentar também relações diversas, quer no nível de conteúdo, quer no de forma, com outros textos, as relações intertextuais, e, ainda relações com o contexto, isto é, com o mundo, a realidade e a vida;
- c) Em suma, ao ler um texto, efetua-se, é lógico, a leitura do material linguístico objetivando na concretude do próprio texto, mas pode-se efetuar também a leitura do denominado material extra-linguístico ao qual o texto remete.

No entanto, Bragatto (1995) diz que a relação do livro não está somente a sensorialidade, no caso da literatura infantil, mas com leitores adultos. As dificuldades das crianças aparecem desde cedo, nas escolas por falta de hábito e informação. A ausência de explicação como ilustrações, sua diagramação, a intensão do texto e ainda, o tamanho das letras é uma das deficiências na maneira da leitura para as crianças em escolas.

Ainda com base nos relatos do autor, para que a criança tenha um melhor entendimento e compreensão de ideias, argumentações e vivências de emoções e, é necessário a criança se adaptar com fature e coisas dentro de seu contexto e leia desde cedo para obter uma leitura mais crítica com o passar dos anos.

De acordo com Lajolo (1993), a escola como instituição, têm melhores condições para promover e transformar a leitura em prática circular e infinita e que no contexto de um projeto de educação democrática vem à frente a habilidade de leitura, essencial para quem quer ou precisa ler para tornar-se seu usuário

competente, mesmo que nunca vá escrever um livro; mas porque precisa ler muito, viver melhor e entender o mundo.

“Em nossa cultura, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente, se lê, numa espiral quase sem fim, que pode e deve começar na escola, mas não pode (nem costuma) encerrar-se nela”, conforme Lajolo (1993, p.7).

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DO PAPEL DO PROFESSOR

O papel do professor nesse capítulo é aquele que intervém numa determinada etapa do processo, criando situações favoráveis ao desenvolvimento da leitura, portanto, passa de transmissor do conhecimento, para aquele que procura fazer coincidir o conhecimento que oferece com a necessidade da criança, propondo, organizando, promovendo informando, questionando e sistematizando técnicas de acesso a apreciação da escrita, tendo em vista a prática da leitura.

Segundo Bragatto Filho (1995), na situação do professor nas aulas de literatura é necessário que a oferta e a circulação dos livros, na sala de aula ou na biblioteca escolar se processem de maneira espontânea, agradável, sem ritos e pressões impositivas, a fim de que as crianças tenham fácil acesso aos próprios livros, liberdade de escolhê-los no todo ou em parte, e, sobretudo, de produzir atos de fala e de escrita, relacionados com a leitura, sem a marcação dirigista do professor.

Para que o professor tenha um bom resultado na tarefa do incentivo de leitura é necessário um esforço constante do professor, que então observará sua turma e depois procurar alternativas que lhe propiciem uma satisfação com os resultados de aprendizagem envolvendo estratégias de ensino e aprendizagem entre professor e aluno.

Na opinião de Kleiman (1996), é comum professores se queixarem de que seus alunos não gostam de ler e não compreendem o que leem. E quando o fazem é apenas por imposição da escola, ou seja, sem prazer, sem continuidade.

Muitas vezes, porém esse desinteresse é devido, em grande parte, ao próprio professor. Ao saber que terá que prestar contas do que leu, o aluno passa a ver o texto apenas como mais um trabalho, em geral, chato. Constantemente, tal fato ocorre porque as crianças, geralmente, são treinadas desde os primeiros momentos da alfabetização na associação mecanicista de sons com letras, sílabas, palavras e frases simples, aguardando o momento em que ela dará um passo na direção da compreensão de unidades maiores do que a sentença. Esse passo seria considerado como um aumento quantitativo da capacidade de leitura da criança, ignorando as diferenças qualitativas que existem entre a decodificação e a compreensão.

Mas Kleiman (1996) ressalta que:

Ensinar a ler com compreensão não implica em impor uma leitura única, a do professor ou especialista, como a leitura do texto. Ensinar a ler é criar uma atitude de expectativa prévia com relação ao conteúdo, referencial do texto, isto é, mostrar à compreensão. E ensinar, antes de tudo, que o texto é significativo, e que as sequências discretas nele contidas só têm valor na medida em que elas dão suporte ao significado global. (KLEIMAN, 1998, p.151).

Quando a criança não se interessa pela leitura cabe ao professor fornecer-lhe outros exemplos como; criar situações mais envolventes deixando-a livre para escolher o assunto que lhe agrada, criando um aumento quantitativo na leitura da criança.

Segundo Barbosa (1992), quando uma criança não encontra utilidade na leitura, deve fornecer-lhe outros exemplos porque ninguém ensina uma criança a ler bem se não se interessa pela leitura. Também as preferências da criança devem ser respeitadas, deixando-a livre para escolher o assunto que melhor lhe agrada. Ademais, o professor deve prever momentos de leituras orientadas para realização de projetos sociais, escolares ou não-escolares, como por exemplo:

- a) Leitura de instrução para realização diversas, tais como confecções de bolos ou outros pratos a serem degustados em classe, instruções para a realização de exercícios;
- b) Leituras de informações escolares ou não-escolares de lições a serem apreendidas, leitura de jornal, leitura de dicionário ou de conhecimentos diversos.

O professor deve ainda, prever momentos de leitura “para si”, descanso intelectual, mas ao mesmo tempo por ocorrer fora do espaço escolar, exigirão do professor um trabalho em torno das situações, auxiliando as crianças a se apropriarem pela reflexão da especificidade de cada uma das situações de leitura e seus vários âmbitos. As teorias da aprendizagem da leitura não serão as responsáveis pelas transformações do mundo. Mas, o professor, ligado ao desejo de mudança, poderá realizar seu trabalho se compreender o que é leitura e como ele poderá contribuir para a aprendizagem da leitura na criança.

Para Kleiman (1995), as primeiras barreiras do professor é a negociação para poder ensinar a ler, e essa caracterização começa como tarefa de ler nas salas de aulas.

O autor classifica algumas concepções no qual pode-se trabalhar textos para iniciação de leituras através de elementos gramaticais.

#### 4.1 O TEXTO COMO CONJUNTO DE ELEMENTOS GRAMATICAIS

O professor utiliza o texto para desenvolver uma série de atividades gramaticais, avaliando, para isso, a língua enquanto conjunto de classes e funções gramaticais, frases e orações, isto é, trabalha-se na sala de aula, ditado de palavras, cópias de palavras do texto, frases e até sublinhar os ditongos de palavras do texto.

#### 4.2 A LEITURA COMO DECODIFICAÇÃO

O educador trabalha essa atividade através da leitura, quando verificada a compreensão, também chamada, no livro didático, de “interpretação”, exige apenas que o aluno responda as perguntas sobre informação que está expresso no texto.

A outra prática que passa por leitura que não é apenas decodificação, mas também torna a atividade dispensável, pois revela a mesma atitude de descaso em relação à voz do autor, dispensa a etapa de compreensão dessa voz, consiste em solicitar uma opinião dos alunos sobre um assunto logo após a “leitura” do texto, sem sequer ter discutido o assunto tal como ele é tratado pelo autor. Nessa prática a atividade de “interpretação” precede à leitura. O professor queima a etapa da leitura: assim, ele não pergunta sobre a opinião do autor, mas imediatamente sobre a opinião do aluno.

#### 4.3 A LEITURA COMO AVALIAÇÃO

Nas primeiras séries o professor caracteriza essa prática por tal preocupação de aferimento da capacidade de leitura, que a aula se reduz quase que exclusivamente à leitura em voz alta. A prática é justificada porque permitiria ao

professor perceber se o aluno está entendendo ou não, “apesar de sabermos que é mais fácil perder o fio da estória quando estamos prestando atenção à forma, à pronúncia, à pontuação, aspectos que, devem ser atendidos quando estamos lendo em voz alta. Portanto, a sistemática ou a forma de avaliação que o professor faz do aluno diante desses elementos justifica a distância entre leitura do aluno e a interpretação” ou a concepção de autoridade para a leitura em escolas, bibliotecas. São intenções sem significados para os alunos quando efetivamente cobrados, torna-se um trabalho sem sucesso.

O processo da alfabetização veio ocorrendo através de mudanças históricas neste último século. A opinião atual que se tem da existência continuada do analfabetismo é que representa perigo no relacionamento da alfabetização e a escolarização. O melhor modo de chegarmos a um acordo sobre as mudanças da alfabetização com a escolarização é tomar uma posição central como força social e técnica chave na vida contemporânea. Ou seja, observar na alfabetização como um catalisador necessário para a mudança ou desenvolvimento social e histórico, conforme Braga (1977).

As comparações transculturais de desenvolvimento da alfabetização muito frequentemente iniciam a partir de um ponto de vista ocidental. As confusões de níveis e perspectivas da alfabetização têm resultado no desenvolvimento de muitas opiniões contraditórias e dicotomias de difícil sustentação entre as formas de linguagem, formas de desenvolvimento histórico e consequências da mudança social. O fato é que as comparações históricas e culturais podem distorcer o aspecto mais essencial da alfabetização e da sociedade, isto é que as alterações irreversíveis ocorrem quando a alfabetização se estabelece em uma sociedade e que nossa própria herança histórica em relação, isto é, particular e não geral com estes elementos a nos guiar, parece que uma visão do desenvolvimento da alfabetização que focalize a tradição dos falantes da língua ao longo dos últimos dois séculos, pode ser capaz de mostrar como os estudos históricos proporcionam uma perspectiva ampla e útil da preocupação contemporânea com os padrões de alfabetização e com o processo de escolarização moderna para produzir taxas de alfabetização satisfatórias.

Portanto, as mudanças nas definições burocráticas respondem àquilo que percebemos como necessidades que em linhas gerais estão nas tentativas de programa de alfabetização nas sociedades em desenvolvimento.

Para Graff (1981), as taxas de alfabetização não é problema essencial do agente social, mas das parcerias existentes.

Existe uma ideia pluralista de concepção acerca da alfabetização como um conjunto de diferentes habilidades relacionadas com a leitura escrita para muitas diferentes finalidades e seções de população de uma sociedade, até uma noção de alfabetização escolar única, estandardizada, do século vinte. Assim, a alfabetização de uma parte substancial da população pode ser vista precedido pelos agentes sociais, ou seja, professores, bibliotecários e a mídia fazendo parte da sociedade industrial em seu desenvolvimento.

Segundo o autor a criança se desenvolve na condição de leitora a partir da alfabetização diária, ou seja, o trabalho começa com os pais, professores e com materiais didáticos, com livros, folhetos e almanaques. Deve existir, sobretudo, nos ambientes urbanos e rurais. E esta cultura popular se baseia tanto em um material social quanto político. Cartazes, canções e panfletos políticos nas escolas proporcionam alguns tipos de gostos, que ajudam alunos e tomarem posições na maneira de ler mais seguras e concretas para a realização de discussões despertando habilidades de escrita e leitura na criança.

Embora a alfabetização fosse ainda o elemento inicial de uma cultura geral, o crescimento popular permite na vida diária um trabalho intensivo para que o advento da escolarização e da industrialização continue na base cultural.

Para Gordon Well (1991), a experiência de linguagem de crianças de cinco anos em casa e na escola é ensinado nas escolas e é transmitido através de uma apresentação oral pelo professor, ou através de livros-textos ou obras de referência e, quando são realizadas avaliações de progresso educacional, estas de apresentam normalmente sob a forma de questões e respostas feitas por escrito ou oralmente. Ademais, o aluno para obter sucesso na escola, deve ter um domínio adequado das habilidades linguísticas de escrita, falar ler e escrever. Esse conceito de papel da linguagem na educação pode ser seriamente enganador, na medida em que não considera a natureza essencial interativa na comunicação linguística.

Os alunos aprendem daquilo que lhes é apresentado, depende não apenas do que trazem para o encontro de aprendizado, na forma de seu repertório linguístico e do conhecimento associado do mundo, mas também do conteúdo e da forma do que lhes é apresentado e ainda mais importante das oportunidades que recebem para entrar na negociação, com o professor em relação ao significado e

importância daquilo que supostamente eles devem aprender. A falta de familiaridade com assuntos ou conteúdo específico e a incerteza sobre a finalidade das atividades nas quais precisam engajar-se.

O professor nas salas de aulas tem a tarefa principal de transmitir conhecimentos através de diferentes recursos linguísticos para o aluno, usando diversas maneiras, na alfabetização.

Na realidade, o trabalho do educador é a interação com seus alunos tendo como responsabilidade o conteúdo e sequenciamento da matéria para o aprendizado escolar das crianças a terem influências positivas nas suas habilidades ou capacidades intelectuais.

O autor ressalta que a criança engaja-se em atividades de muitas espécies que surgem dentro das rotinas da vida diária em casa ou que ocorrem naturalmente como eventos ou situações de seu interesse; a criança fala e aprende, em grande parte, a partir de uma necessidade ativa e espontânea de extrair sentido de sua experiência. Em um grau maior ou menor, os adultos à sua volta seus pais, parentes e vizinhos – apoiam na sua busca por compreensão, mantendo seus interesses e proporcionando uma fonte de habilidades e informações a qual ela pode recorrer em momentos de necessidade. A motivação para aprender, entretanto, vem principalmente de dentro, e existem poucas tentativas sistemáticas de ensinar, exceto em questões como segurança e comportamento socialmente aceitável.

O trabalho de alfabetização não somente depende do professor, mas de todo agente social que transmite conhecimento através de experiências vividas, ou seja, no trabalho e na comunidade escolar.

Segundo o autor, a equação entre alfabetização e escolarização durante os dois séculos passados, quando as taxas e valores de alfabetização mudaram e se expandiram nas sociedades a escolarização tornou-se um movimento social. Porém, o relacionamento entre as escolas e a alfabetização foi estabelecido apenas durante o último século.

Por esta razão, o aprendizado escolar não pode ser considerado apenas como aprendizado cognitivo. A situação atual com a história da alfabetização e escolarização, processou-se antes do desenvolvimento de um sistema burocrático e complexo da educação em massa, o domínio da leitura e da escrita tendia a ser conquistado através da interação informal em grupos localizados.

Portanto, a alfabetização está sendo aplicada em todos os níveis sociais e com os padrões de avaliações que se tornaram mais claras, a medida que observa-se o desenvolvimento histórico recente, ou seja, os problemas da alfabetização é mais uma questão que abrange o objetivo principal da educação contemporânea.

Portanto, muitas vezes o professor ao observar os julgamentos contemporâneos sobre a eficácia da escolarização se sente obrigado no papel educar, sem ajuda governamental, a proporcionar uma alfabetização funcional universal para alunos de classes baixas.

Para Teberosky (1996), a importância no ato da escrita é essencial para professores avaliarem os objetivos ou bens culturais como capacidades individuais dos alunos enquanto efeitos sociais.

Conforme Chartier (1993):

A atividade de escrever que tem sido concebida na história cultural como a confluência do uso de um instrumento (o estilete, o grafite), que ao deixar marcas externas cria bens culturais (a escrita, os textos) e o exercício de uma capacidade intelectual (perceber graficamente, que dá lugar a práticas culturais – as funções sociais dos bens culturais e as atitudes individuais em relação àquela capacidade e aos seus produtos, bem como as instituições sociais responsáveis por sua repetição. (CHARTIER, 1993, p. 15-32).

Ou seja, na história do escrever estão incluídos então, o desenvolvimento dos objetivos culturais, aí compreendido o instrumento material, bem como o desenvolvimento das capacidades e de práticas sociais. Isto é, através da leitura é que se permite ampliar novos domínios, por meio da história, da ciência e da tecnologia, existe uma organização diferente nas sociedades sem alfabetização.

As atividades dos professores com relação a leitura permitem planejamento, citação, reflexão e alguns desdobramentos em relação a eficácia do ato de ler, para os alunos. As produções têm rascunhos (na linguagem oral é impossível porque não se pode separar a enunciação do enunciado); a possibilidade de rascunhar permite um planejamento prévio; pode-se retomar o produto, o texto, para repetir o próprio processo de elaboração. Essa retomada implica um misto de produção e reprodução de citação e de atividade intertextual e, em geral, de língua e metalinguagem, de texto e interpretação ou julgamento sobre o texto. Como as produções escrita costumam ser solitárias, tanto a correção quanto o planejamento supõem o desdobramento por parte do locutor, na posição de produtor e avaliador do próprio

texto; e como o *corpus* de motivos e gêneros costuma se repetir, a escrita é a leitura de outra escrita, anulando-se, assim, a distância entre leitura e escrita.

No entanto, a menção dessas situações permite exemplificar com dados psicológicos o tema do aprender e escrever. Trata-se de atividades realizadas por crianças pequenas, entre seis e nove anos, e por adultos; todos esses dados provêm de pesquisas sobre o desenvolvimento da linguagem escrita e leitura, segundo Toberosky (1992) e Tochinsky (1989).

Segundo o autor, ensinar a ler exige processos para promover a transformação didática nas escolas. Essas questões se agrupam em torno de três perguntas:

- a) que critérios se revelam úteis para a preparação de atividades didáticas com a leitura?
- b) como organizar e dar coerência ao currículo de leitura?
- c) que consequências psicopedagógicas resultam dessas transformações curriculares na sala de aula, em alunos e no corpo de professores?

No entanto, essas questões são designadas para determinadas áreas geográficas e compostas por psicólogos e pedagogos. Esses profissionais vão as escolas com frequência aproximada de uma jornada semanal. Se âmbito de intervenção se estende à população escolar entre os três e os dezesseis anos de idade. Esses serviços psicopedagógicos têm origem centrados em atividades em torno da educação especial, tarefas de avaliação de casos individuais, orientação escolar, integração de alunos especiais em escolas comuns, assessoria a professores de apoio envolvidos na educação de alunos com dificuldades para casos particulares, etc.

Além disso, as equipes assessoram os professores em tarefas consideradas complementares às atividades docentes, como por exemplo, a tutoria e orientação profissional de adolescentes.

Para Teberosky e Tochinsky (1995), esse esforço para melhoria da educação por parte dos professores, pedagogos e psicólogos é para ajudar com mais eficiência, os alunos que tem problemas com repetência e até evasão. A escola tradicional mostrou dificuldades na integração e normalização educacional desses alunos, por isso, há interesse sério pelos educadores em acompanhar mudanças substanciais no currículo das escolas, tendo como grande importância a

aprendizagem inicial da leitura como um instrumento central da aprendizagem escolar.

Na análise das atividades tradicionais de ensino da leitura resultados de investigações psicológicas sobre o aprendizado temos os seguintes aspectos.

- a) a própria definição de conteúdos e objetivos didáticos: a concepção da leitura e da escrita, o predomínio do ensino explícito da gramática, a concepção de ensino da literatura, etc;
- b) as sequências estabelecidas para a aprendizagem, por exemplo, desenvolver primeiro probabilidades fonológicas e psicomotoras antes de iniciar o aprendizado da leitura e da escrita; começar pelos fonemas, sílabas ou palavras para depois ir às frases e em seguida aos textos;
- c) a estruturação das atividades de ensino: atividades fechadas em que só se pode acertar ou errar, atividades de aplicação de normas e conceitos gramaticais previamente dados;
- d) papel do professor e do aluno: a posição transmissiva, em que o professor traz o saber e o aluno recebe.

Neste contexto pedagógico, o fenômeno que mais preocupa das consequências negativas dos alunos diante de uma lógica do ensino que parece estar em funcionamento e os resultados que ainda são insatisfatórios porque as crianças em relação a leitura e escrita não o domínio no que se escreve e se lê tendo assim, a má formação dos alunos no ensino fundamental e médio e posteriormente chegam a universidade com dificuldades na leitura e na escrita.

Nas experiências didáticas, há alunos com dificuldades e que aparentam saber, em exercícios em voz alta, a velocidade da voz é lenta, simulam a entonação como se entendessem, mas não conseguem compreender nem produzir tantos significativos. Os novos trabalhos são atividades erigidas em classe e que os alunos devam usar mais o raciocínio, argumentos e discutir que admitam diversas respostas, que se ajustem aos modos particulares de aprender e que permitissem a entonação do aluno com seus companheiros e com o professor.

O que educadores estão trabalhando não é mais a forma de ensino tradicional, isto é, memorização na atividade de análise. Por outro lado, há o interesse de novas formas de se relacionar com os alunos, estimulando a autonomia e compreendendo o pensamento deles, a partir da comunicação. Essas atividades

favorecem o desenvolvimento das capacidades e habilidades das crianças e adultos com a linguagem escrita: ouvir, falar, ler e escrever.

Segundo Bilger (1983), o mau aprendizado da redação persiste e é um problema sério nas escolas. A eficácia do ensino do texto escrito não parece ser proporcional ao esforço que os professores realizam nesta atividade.

Nos debates escolares o que se tem concluído sobre o fracasso educacional, em específico, a leitura é que as crianças e adultos que tem mais dificuldades com relação a maneira de ler a falta de vocabulário provêm de famílias de nível sócioeconômico baixo. São pessoas que sofrem certas carências acentuadas de conhecimento e de competência linguística. O autor ressalta ainda, que o problema se estende afetando não somente as crianças do meio popular, mas também as que provêm de outros ambientes socioculturais. Isso significa que não se pode associar o fracasso a professores, pedagogos e psicólogos mas, a falta de estrutura governamental que toma-se de imediato, a reflexão pedagógica nas escolas insatisfatórias, no contexto de ensino da aprendizagem de leitura. De maneira geral a problemática do fracasso dos leitores, tem-se outro exemplo, o qual, tem sido comparado baseada em pesquisas como: pelas diferenças encontradas em função das distintas maneiras de viver a situação escolar, ou seja, a relação da regionalização, uma criança que vive na zona urbana e outra na zona rural tem modos de vivência diferentes e na verdade pressupõem uma desvantagem para a criança do meio rural. Porém, a variedade de textos é uma forma positiva, apesar de não seguir normas gramaticais explícitas.

Portanto, a diferença entre o aluno “bom” e o “ruim” não se baseia tanto na diferença de ordem linguística ou de ordem cognitiva, mas sim numa imagem que eles tem das funções da linguagem, não valorizando se o tema é convencional ou os textos possuem uma apresentação melhor quando se lê.

Para a autora Feil (1984), o problema do ensino na aprendizagem da criança, é transmitido nas escolas por professores que insistem em trabalhos e métodos arcaicos. E que ignora o fato de a criança ter capacidades naturais de aprender. A alfabetização fundamentada nos métodos tradicionais transforma-se num processo de ensino retrógrado na época contemporânea. E torna-se complexo e distante de quem se pretende atingir, ou seja, a criança.

Portanto, as estatísticas mostram tudo o que é ensinado através dos resultados obtidos no decorrer dos anos e é de fato, comprovada através das

dificuldades que alunos enfrentam nas aulas. São alunos que repetem a série e tornam-se indisciplinados, sem concentração e interesse, logo, abrindo margens a evasão escolar.

O ensino mecanizado no meio social faz com que a criança fique barrada e perca a criatividade por problemas na metodologia da aprendizagem.

Para Franchi (1988), o ponto fundamental do processo pedagógico está numa linha evolutiva que procede por conflitos cognitivos constitutivos de outras noções fundamentais, ou seja, é possível por exemplo, comparar esses ensaios sobre a escrita e a leitura às atividades epilinguísticas na construção dos objetos linguísticos, isto é, na natureza da linguagem. O autor menciona que a criança em um caso e noutro, formula hipóteses e predições sobre a natureza da leitura, neste caso, o professor alfabetizado faz o papel fundamental para o interesse da criança para que perceba o caráter simbólico e arbitrário da leitura.

Entretanto, o valor prático para a criança se atribui no processo de escolarização, a partir do jardim de infância ou como aluno da primeira série, porque é ponto culminante para que a motivação se realize numa realidade de gosto, pela leitura despertando-o para esse fim. A utilização foi uma nova estratégia para atividades que permitam as crianças operar sobre modos de representação e sobre sua própria fala para leva-los a formular hipóteses sobre a leitura. Segundo o autor, não depende necessariamente do grafismo e da leitura alfabética as estratégias pedagógicas. Porque as crianças passam de um nível de conceitualização, tanto no trabalho escolar como fora dele. Por isso, que há de fato a distinção fora da escola, ou seja, a informação extremamente variada sobre a leitura. Por exemplo, as letras e textos que estão por todos os cantos, paredes e vídeos são aspectos relevantes da escrita que ausculta na formação de concertos mais concretos para a criança.

Uma outra possibilidade de trabalhar a alfabetização no processo ensino-aprendizagem é usado textos em sala de aula. Trabalhar construção e reconstrução da linguagem.

Sendo assim, assegurar uma leitura significativa mesmo com palavras da cartilha que são previamente contextualizadas.

O objetivo do trabalho de textos seria desenvolver habilidades com propósito de exercitar exclusivamente a fixação de letras em histórias ou textos. A construção de textos tem a finalidade de promover pequenos leitores para o aprendizado da leitura. Como diz Zimet (1984, p. 32) “precisamos desde logo deslocar nossa ênfase

de uma “leitura para aprender a ler” para a “leitura com significado quando se aprende a ler”.

Para criar uma atividade constante, as necessidades do desenvolvimento da leitura, é preciso tornar a leitura como objeto desafiador, criativo e que tenha significado para os alunos. Assim a competência textual desenvolve-se com mais facilidade nas crianças, através do conhecimento criativo e individual.

Na visão de Feil (1984), o professor deve participar com atividades e com vários exercícios, sobretudo, a coordenação de movimentos que a criança aprende através dos sentidos como a percepção ou ainda, a visão. O êxito da criança começa pela sua espontaneidade e na participação ativa na escola. A dificuldade que a criança apresenta no início do aprendizado em grande parte dos casos está na sua habilidade, ou seja, na coordenação motora no qual gera o desenvolvimento da linguagem verbal. Pode-se partir desse ponto, sendo a comunicação que manifesta-se das mais variadas formas na organização de seu pensamento.

O autor relata ainda, que existe outra maneira que a criança enfrenta nas suas habilidades como o desenvolvimento da sua inteligência. Geralmente o aluno não se dispõe a fazer exercícios, fica em silêncio com a cabeça reclinada, de braços cruzados. Portanto, para trabalhar com alunos com dificuldades nos movimentos e habilidades é necessário que haja um profissional que esteja sempre auxiliando com tempo exclusivo, ademais, o professor deve usar sua criatividade empregando vários procedimentos que auxiliem no ensino didático da leitura e escrita nas escolas.

Entretanto, a dificuldade para ler da criança impossibilita sua capacidade de compreensão da escrita.

É preciso esclarecer diversos conteúdos com a máxima prudência e, sobretudo, trabalhar exercícios de classe que forneçam dados mais minuciosos, ou seja, com exemplos mais explícitos.

E ainda, tendo o propósito de manter os professores alertas, sempre no momento das suas aulas expositivas e práticas, o seu planejamento deve ter um resultado satisfatório durante todo o seu transcurso da aula.

Desta forma, as propostas e práticas de alfabetização tem buscado subsídios nos estudos da leitura oral e língua escrita mesmo cometendo, ainda, alguns equívocos e distorções até pelos estudos insuficientes – têm a clareza, contrariamente à perspectiva associacionista, essa teoria concebera alfabetização,

como a apropriação de um sistema de representação da realidade: a linguagem escrita, cuja função primordial e original é no caso das escritas alfabéticas, representar as diferenças entre significativos.

Segundo Barbosa (1992), nessa perspectiva a leitura é vista como um objetivo conceitual e a questão de aprendizagem, é através de um processo de construção, superar hipóteses e, num refinamento de hipóteses já produzidos, chegar a compreender como a linguagem está representada na escrita.

Essa nova concepção, além de delimitar o objeto de estudo da alfabetização e definir claramente o seu objetivo, muda radicalmente a forma de ver o aluno, o sistema de escrita e leitura, o papel da aprendizagem e conseqüentemente todo o processo de alfabetização. O aluno passa a ser entendido não como um sujeito passivo mas como um sujeito ativo mas como uma “caixa de ressonância” ou uma “tábula rasa” que assinala tudo o que o professor transmite, mas um sujeito ativo, reflexivo, que se põe diante do objeto, constrói hipóteses, interpreta, produz suas formas de escrita e leitura.

Portanto, a mesma linguagem escrita tem o conteúdo básico da alfabetização. Então, defende que a escrita não é um código de transcrição da língua oral, mas um sistema de representação da realidade.

Conforme Vigotsky (1991) explica que no início do processo de desenvolvimento da criança, principalmente, a compreensão da linguagem escrita é efetuada através da linguagem falada; no entanto, gradualmente essa via é reduzida e absorvida, nisso a linguagem falada desaparece como no intermediário.

Nessa perspectiva, o processo de alfabetização é visto como o domínio progressivo do sistema de leitura, que começa muito antes do sujeito se escolarizar. Mas, é na escola que vai se dando a sua sistematização e consolidação enquanto instrumento de comunicação de memória. A complexidade do sistema de leitura requer um processo de intervenção pedagógica direto e internacional, de forma que segundo Vigotsky (1991):

O domínio de um tal sistema complexo de signos não pode ser alcançado de maneira puramente mecânica e externa: ao invés disso, esse domínio é o culminar, na criança de um longo processo de desenvolvimento de funções comportamentais complexos. A única forma, de nos aproximar de uma solução correta para a psicologia da leitura é através de compreensão de toda a história do desenvolvimento dos signos na criança. (VIGOTSKY, 1991, p. 120).

Entende-se que, pela forma como Vigotsky concebe o aprendizado do sistema de leitura, o seu processo de apropriação e internalização requer uma mediação direta do professor e dos métodos, anulados pelo que ele domina de signos e instrumentos psicológicos.

Vigotsky (1991), vê no aprendizado da leitura e da linguagem escrita, sendo um dos sistemas de signos que são fundamentais para caminhos no despertar de “Zonas de desenvolvimento proximal” do sujeito que, conseqüentemente, o levam ao desenvolvimento de outras funções mais complexas, definidas por ele como culturais.

Quando o autor revela que, a alfabetização escolar traz à tona o papel do ensino, quer dizer que a intervenção do professor e dos métodos se dá quando o aluno tem a possibilidade de vislumbrar o desenvolvimento do bom ensino como um processo efetivo, isto é, a partir da utilização de práticas pedagógicas criativas que tenham significação para o aluno em sala de aula, portanto, uma mediação que, da mesma forma, conduza desenvolvimento de interação entre professor e aluno, tendo assim, mais inovações e criatividade para o educar aplicar seu método de ensino.

## **5 RELATO DE VIVÊNCIA COMO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

### **5.1 PÚBLICO: ALUNOS(AS) DOS OITAVOS E NONOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Visando buscar a informação e o exercício de reflexão por meio de textos com os alunos do Colégio Estadual Emília Buzato, do Município de Campo Magro-PR, sobretudo, dos anos de 2012 e 2013, elaborar com as turmas dos oitavos e nonos anos do ensino fundamental, uma atividade a qual promova efetivamente a leitura.

Ao trabalhar a atividade curricular em sala de aula, nominal de “Leitura, um caminho para a produção de textos”, alunos que freqüentam aulas regulares, apresentam grau de dificuldade elevado, o que de fato, compromete a aprendizagem do ato de ler.

Por isso, adolescentes chegam à escola desestimulados e, como consequência, não querem ler refletindo o texto impresso.

Uma característica a decifrar da leitura, está no campo da semântica, do léxico, da linguística e da ortografia. Isto quer dizer, o educando ao se deparar com a estrutura da frase gramatical, demonstra resistência e dificuldade de compreensão, devido a falta de identificar letras ou palavras.

Vale ressaltar que a base teórica do aprendizado da língua através da leitura, sem a devida estratégia, sob o ponto de vista do aprendizado, não tem resultados satisfatórios. Entretanto, se não houver clareza, concisão e coerência a consequência disso, é a falta de habilidade na escrita.

A preocupação com os oitavos e nonos anos surgiu a partir da diversidade textual, ou seja, a ineficácia no tratamento das estruturas gramaticais e na decodificação dos códigos, signos e significados, nas produções e criações de textos a nível básico como: morfologia, sintaxe e ortografia. E, ainda, com intuito de instrumentalizar e promover a comunicação e a argumentação nas turmas supracitadas definiu-se que a leitura é essencial no aprendizado do educando, porque fortalece o ensino estrutural da nossa língua, como a raiz, o prefixo, o sufixo, a vogal e a desinência verbal.

Nessa perspectiva, os recursos empregados na aprendizagem para a formação desses alunos, partiram da seguinte premissa. A leitura é desenvolvida em

voz alta como é o caso da mensagem escrita à família ou uma solicitação de lista de livros ou um regulamento, direcionamento à entoação e inflexão da voz.

Uma outra situação de atividade de sala é definida pelo fichamento do livro. Orienta-se na formulação e questionamento dos protagonistas, o enredo, o foco narrativo e o desfecho da obra. E, em seguida, grupos de preferência, cinco, responsabilizando-se para apresentação do enredo.

Simula-se um debate circular e uma entrevista para certificar num terceiro momento a obra literária que foi escolhida pela equipe. As histórias podem ser reais, fictícias ou imaginárias com os diferentes estilos de textos. São românticos, policiais de aventura, de ficção científica, de suspense, de humor e terror.

## 5.2 RESULTADOS

Com esse trabalho prático, pôde-se constatar que o ato de ler ativa uma série de ações na mente do leitor, como o sentimento da intuição, da percepção e a observação.

Através das estratégias de leituras e interpretações, a partir de elementos estruturais do texto cujas metas, repercutem na compreensão, formulação de perguntas e no trabalho de palavras e frases, no que diz respeito à inflexão da voz em textos favorecem efetivamente as relações de conhecimento da alfabetização do aluno. Em outras palavras, construir e promover o entendimento no processo ensino aprendizagem. Conscientiza o discente da sua importância tornando-o crítico e autônomo como cidadão de direito e apto a exercer as suas capacidades civis.

Nessa trajetória de ensino da leitura a partir de textos como bilhetes, anúncios, cardápios, bula de remédios, manual de instrução, textos informativos, textos literários, tem sido ao longo da minha atividade docente, essencial no auxílio da formação intelectual, cultural e sentimental do aluno.

Assim, para finalizar a práxis cotidiana profissional, deve-se mencionar nesse relato empírico, que a dimensão social do aluno nunca deve ser ignorada e sim, incentivada e ampliada, pois continuamente será consolidada, através de uma alfabetização de qualidade com autonomia em constante construção no ensino de um leitor apto a ter uma visão crítica sobre as mudanças e transformações nas relações humanas.

## CONCLUSÃO

Mais de um século após a instalação do sistema formal de educação brasileiro, ainda existe a carência de propostas teóricas que estão voltadas para decisões políticas comprometidas com a escolarização de todos os cidadãos brasileiros. Essa pesquisa mostrou que a formação de leitura no Brasil é essencial para o processo da educação de crianças e também como prática para a alfabetização de adultos, contribuindo para formação do indivíduo na sociedade. Significa ampliar as ideias em relação ao tipo da concepção que encontramos no sistema educacional brasileiro, sobretudo, do ponto de vista histórico-cultural.

Delimitar esse campo de estudo da alfabetização dá a perspectiva de ampliar a visão do processo de ensino aprendizagem e do papel do alfabetizador enquanto sujeito mediador fundamental ao processo de desenvolvimento dos alfabetizados para qualquer outra área do estudo, no campo da educação. Desse modo, a leitura não se esgota no momento em que se lê, mas expande-se por todo o processo de compreensão, produzindo efeitos na vida e no convívio com as outras pessoas.

No entanto, a leitura se tornou, nesta área, uma atividade, conseqüentemente, complexa que pressupõe uma vinculação entre pessoas comunicativas e interativas, trazendo por conseguinte, dificuldades que presenciamos na linguagem escrita das crianças e adultos.

A má formação da alfabetização na sociedade, vem de inúmeras conseqüências surgidas, sobretudo, nos ambientes sociais como as bibliotecas e os estabelecimentos de ensino. Portanto, pode-se concluir que: a escola brasileira precisa de seriedade e competência, além disso, deve haver reformas no sistema educacional, pois a educação do povo está em crise e se alastra por muito tempo no Brasil.

Porém, há a possibilidade de dinamizar esse processo, havendo seriedade e boa vontade por parte dos educadores, professores, diretores, ou seja, qualquer agente social, que tenha a tarefa de incumbir, através do ensino em escolas ou ambientes sociais, a democratização do saber em nossa cultura, para uma sociedade mais justa. É possível? Acreditamos que sim!

Outrossim, constatou-se que através da leitura de diversas obras literárias como gêneros textuais, novelas, contos, sermões, poemas, poesias charges, rimas, versos, que alunos do 8º e 9º ano conseguem desenvolver o processo de ensino e aprendizagem da leitura codificada atingindo bons resultados, mas ainda existem dificuldades, pois os alunos, muitas vezes são apáticos e querem maior incentivo, especialmente em nível familiar, no qual os pais se mostram reticentes não incentivando seus filhos ao hábito da leitura. Aliás, eles raramente lêem alguma coisa e portanto, não motivam seus filhos. O comportamento desses alunos repercute na sala de aula e eles apresentam dificuldades de concentração, falta de atenção, indisciplina, esquecimento.

Essa pesquisa abriu espaço para novas reflexões acerca do ensino da leitura em sala de aula, sobretudo nas 8ºs e 9ºs anos do ensino fundamental da rede pública de ensino, onde os alunos precisam de maior motivação para desenvolverem o hábito da leitura. Além disso, eles também necessitam de apoio familiar neste contexto, ou seja, os pais precisam agir junto com a escola para formar um aluno com responsabilidade pelo seu futuro, cômnicos de seus deveres como cidadãos na construção de um país com maior número de leitores críticos e sabedores dos seus direitos, deveres e obrigações do nosso país.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vera pereira. **Leituras para o 1º grau**: Critérios de seleção e sugestões. In: Zilberman, R. (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 11. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- BILGER, M. **Contributions à L'analyse em grille**. Recherches sur le Français Parlé, 1993.
- BRAGATTO FILHO, Paulo. **Pela Leitura Literária na Escola de 1º Grau**. Série Educação. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, Anne Maria; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura**. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARMEUX, Eveline. **Aprender a ler**. São Paulo: Cortez, 1994.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. In: *A Leitura*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1983.
- CATTANI, Maria Izabel; AGUIAR, Vera Teixeira de. **Leitura no 1º grau**: a proposta dois currículos. In: Zilberman, R. (org.). *Leitura em crise na escola: As alternativas do professor*. 11. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- COOK, Gumperz Jenny. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- FRANCHI, Eglê Pontes. **Pedagogia da alfabetização**: da oralidade à escrita. São Paulo: Cortez, 1998.
- FEIL, Iselda Teresinha Sausen. **Alfabetização**: um desafio novo para um novo tempo. 5. ed. Ijuí: Vozes/Fidene, 1984.
- JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. vol. 1. Porto Alegre: 1994.
- KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Leitura**: ensino e pesquisa. 2. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita**. Editora Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo, 1996.

LIMA, Adriana Flávia Santos. **Pré-escola e Alfabetização**. Petrópolis: Vozes, 1988.  
MANGUEL, Alberto. **Uma história da Leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.  
SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Leitura na Escola e na Biblioteca**. 5. ed. Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Criticidade e Leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Lilianna. **Além da alfabetização**. Ática, 1995.

VIGOTSKI, L. S. **A formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológico Superiores**. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura e leitoras da literatura infantil**. In: PARA DESCOBRIR O PRAZER DE LER. São Paulo: FTD, 1988.